



## “A MINHA GERAÇÃO PERDEU”

<http://dx.doi.org/10.25091/S01013300202100030001>

### Depoimento inédito de José Arthur Giannotti

*Em meados de 2017, fomos até a casa de José Arthur Giannotti, no bairro do Morumbi, em São Paulo, para entrevistá-lo. A ideia era fazer um livro autobiográfico a partir de uma série de conversas. Mas Giannotti desistiu do projeto logo depois do segundo encontro. Não gostava do tom coloquial da entrevista e não tinha paciência para escrever sobre si mesmo. Preferia terminar o livro que estava escrevendo (Heidegger/Wittgenstein: confrontos, publicado em 2020 pela Companhia das Letras).*

*Assim era ele. Enquanto muitos colegas começam a lustrar a biografia mal se aposentam, lá estava o professor, perto dos noventa anos, mergulhado na filosofia e dando de ombros para a própria trajetória. Tinha pavor de quem mitificava o grupo do Capital e fugia de adulação com a mesma energia que dedicava às leituras e a pensar o presente.*

*Ainda assim o breve depoimento abaixo tem valor inestimável. Não apenas pelo ineditismo e pelo impacto de sua morte recente — sentida por gerações e gerações de alunos e colegas que se formaram com ele. Não era frequente ouvi-lo falando livremente sobre a infância em São Paulo, sobre a família ou a relação com Oswald de Andrade. Os primeiros anos na universidade, o contato com os professores franceses da USP, a cassação pelo regime militar — mesmo essas temas frequentes nas suas falas públicas aqui aparecem em tom mais franco, com a simplicidade de quem fala do sofá de casa (como era de fato o caso).*

*O balanço das poucas horas de conversa teve o pessimismo de hábito: “minha geração perdeu”, disse mais de uma vez. A geração que desenhou um projeto para o Brasil, que fundou o Cebrap, que institucionalizou a filosofia e as ciências sociais em alto nível na universidade e ao mesmo tempo configurou o papel do intelectual público no país; a geração que formou um presidente da República e apontou o caminho para tantos que nela se espelham pode não ter conseguido tudo que pretendia. Mas seu legado é duradouro e ainda está por ser compreendido. Sob esse ponto de vista, não há dúvida de que sua geração venceu.*

*Quem perdeu fomos nós.*

Ana Lima Cecílio e Flávio Moura

---

ANA LIMA CECILIO [<https://orcid.org/0000-0002-6149-6690>], formada em filosofia pela Universidade de São Paulo, é editora e curadora de livros.

FLÁVIO MOURA [<https://orcid.org/0000-0003-4999-0140>], doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, é editor da *Todavia*. Foi editor da *Novos Estudos Cebrap* entre 2004 e 2009.

---

## UM ROTEIRO

Minha família veio pra São Paulo em 1939. Meus pais, italianos que se conheceram no Brasil, tinham origens um tanto diferentes — a família da minha mãe, os Botta, tinha uma espécie de alfaiataria em grande escala, e os filhos andavam pelo interior recolhendo encomendas para a fábrica. Já os Giannotti tinham uns fumos de importância, parece que era gente mais fina, proprietários de circo que vieram para o Brasil por volta de 1870, com a unificação italiana, e havia na família conversas sobre “o diamante de vovó”. Parece que perderam tudo, ou muita coisa, na crise de 1929. Mas tinham um grande apreço pela cultura e pela educação. E quando viemos de São Carlos para São Paulo, em um grande esforço da família, meu pai em uma situação muito difícil, o objetivo não era outro senão o de botar os cinco filhos na universidade. E, com exceção de um que morreu, todos se formaram na Universidade de São Paulo.

Fui alfabetizado numa escola linda, em estilo *art nouveau*, com um auditório rebuscado, onde eu, lá pelos sete ou oito anos, recitei, com grandes gestos, uma poesia chamada “O gato bolchevista”, que era sobretudo um manifesto anticomunista. Eu já estava bem encaminhado. Na cidade, eu era um moleque meio livre, andava de calção atravessando toda a cidade, tomava banho no ribeirão, pescava lambari. Chego em São Paulo e repito um pouco essa nobre liberdade. Nós fomos para umas casinhas no Largo Pompeia. Eu me lembro da minha mãe, absolutamente assustada porque a gente nem podia chegar em casa, e eu nadando no meio da enchente. Claro, tudo um pouco irresponsável.

Depois de várias escolas, acabei entrando no colégio do Estado, que mais tarde se chamou Roosevelt. Fui parar lá por causa do meu irmão, que estava muito doente, e na época era difícil se locomover de carro pela cidade, então fomos morar mais perto do centro, onde ficava o hospital, na rua Marquês de Itu. O colégio era na Ladeira do Carmo.

Foi meu primeiro contato, já no segundo ano de ginásio, com uma escola mais tradicional, organizada e democrática, onde havia todo tipo de gente. Mas, do meu ponto de vista hoje, era uma escola extremamente falha, na medida em que, em primeiro lugar, a qualidade dos professores era muito irregular. Havia um excelente professor de literatura, outro de história — não esqueçamos que estamos na época da ditadura e da guerra. Também havia latim — estudei latim como nunca. Estudei gramática latina, formas especiais de se falar latim e

assim por diante. Mas o contato com a língua foi muito pequeno. Anos depois, por exemplo, quando o Oswaldo Porchat foi professor de latim no ABC, entrava na aula falando latim — e os meninos adoravam. Esse contato com a língua nós não tínhamos. E havia também professores horríveis, eu me lembro de um em particular, de música, um baixinho enfezado, muito autoritário, que andava pela sala ditando biografia dos músicos — Fauré, Chausson, Debussy, ele gostava dos franceses. Nunca nos ensinou uma nota. Ou seja, é importante esse retrato do que era uma escola tradicional para dizer como a cultura nesse nível era um enxerto na vida paulista, algo que funcionava como placas jogadas que a gente tinha que aproveitar.

Mas, em compensação, a cidade era nossa. Andávamos pela cidade de uma maneira absolutamente extraordinária. Eu saía com um amigo, Heitor, bem cedo. Quantas vezes eu vi o sol nascer na rua Direita. Íamos e voltávamos a pé do colégio, de gravata, que era o uniforme da escola. De volta a casa, almoçava ouvindo um programa de música da Vera Janacópulos, amiga do Mário de Andrade, na Cultura, o som nas alturas.<sup>1</sup> Era uma primeira saída do universo da cançoneta napolitana, do Caruso e do Gigli, que eram os cantores da minha época. Depois do almoço, eu ia a pé até as proximidades do colégio São Bento, onde ficava a discoteca fundada pelo Mário de Andrade, e foi lá que comecei a explorar outros tipos de música. Eu e meu amigo Nazin sentávamos, esperávamos e tínhamos quarenta minutos para ouvir o que quiséssemos, na cabine. Enquanto Nazin ouvia Wagner, eu comecei a explorar o fichário, e ouvi ali coisas que eu nem podia imaginar que pudessem existir. Voltávamos a pé até perto de casa, onde estava instalada a biblioteca infantil, na rua Major Sertório — hoje fica na Praça Rotary, na rua General Jardim. E lá descobri o romance. Lia desesperadamente. Acabamos formando um grupinho de garotos que editava o jornalzinho *A Voz da Infância*, para onde escrevi meu primeiro artigo, comentando um autor chamado Karl May. Foi assim que, aos quinze anos, tive meu primeiro artigo publicado, e o primeiro artigo censurado, porque a diretora da biblioteca julgou que a parte final do artigo, em que eu fazia muitas críticas ao livro, iria prejudicar a carreira do autor de maior audiência na biblioteca.

Nessa época, o Sergio Milliet, que era diretor da Biblioteca Mário de Andrade, chamou alguns de nós — não éramos uma turma grande — e inventou de fazer um congresso infantojuvenil de escritores. O evento era inspirado pelo I Congresso de Escritores, organizado em 1945 pela Associação Brasileira de Escritores, do qual ele tinha participado com Aníbal Machado, Murilo Rubião e Jorge Amado, e que tinha dado o primeiro golpe sério no Getúlio, fazendo um manifesto exigindo a legalidade democrática. Nós fizemos o congresso, eu fiquei em segundo lugar com um trabalho sobre as fábulas;

[1] Provavelmente, Giannotti se refere aqui ao programa *Música dos mestres*, veiculado pela Rádio Gazeta de São Paulo entre 1940 e 1948.

o primeiro lugar foi ganho pelo Oliveiros Ferreira, que vinha de uma tradição católica. Logo tivemos a ideia de preparar um segundo congresso, que deveria ser em Minas Gerais. As preparações juntaram mais pessoas, e foi quando apareceu entre nós o Rudá de Andrade, filho do Oswald. Logo ele nos levou para a casa dele. Éramos um grupinho e começamos a frequentar a casa do Oswald, que, naquela época, em 1946, estava bem isolado. Oswald era uma pessoa que precisava de audiência, também por isso era extremamente acessível. Para nós, ele foi uma revolução.

Por mais que tivéssemos lido as coisinhas da biblioteca infantil, nossa visão da literatura, o nosso tipo de leitura ainda era profundamente tradicional. De pintura eu não sabia absolutamente nada — eu gostava de cromo. Foi na casa de Oswald que vi o primeiro Picasso, um De Chirico extraordinário — tenho impressão de que está num museu hoje —, algumas coisas da Tarsila, um quadro belíssimo do Portinari retratando a Pagu. Ficamos amigos também de Nonê, o outro filho do Oswald, e acabamos participando também das festas do Oswald. Foi lá que eu conheci o pessoal do Rio de Janeiro, basicamente literatos, e conheci o Antonio Candido e várias outras pessoas que foram importantes. Na época, Oswald já estava casado com a Maria Antonieta d'Alkmin, mas também encontrei a Pagu por lá, mãe do Rudá. Enfim, havia muito entrosamento entre as pessoas e, o que é mais interessante, a despeito de enormes disputas políticas, a casa do Oswald era muito heterogênea.

Naquela época, ele estava muito duro, já tinha gastado todo o dinheiro dele — nós nos encontrávamos na Caixa Econômica Federal, eu tentando financiar uma casa e ele tentando financiar um imóvel na rua Aurora. Quando arrumava algum dinheiro, ele me chamava para almoçar ou jantar em sua casa. Abria um bom vinho, obviamente, e fazia intermináveis sessões de conversas. Uma vez, ele pediu que Antonieta desse licença, estávamos eu e Fausto Castilho (que não participava muito da turma, mas ia à casa do Oswald), para nos recitar uns poemas. Ela saiu da sala, ele nos recitou “O santeiro do Mangue”.

O Fausto não quis entrar na Faculdade de Filosofia. Entrou em Direito, não ficou nada contente e, como tinha recursos, foi para Paris e acabou assistindo aos últimos cursos do Heidegger em Friburgo. A primeira vez que ele voltou, eu disse a ele que ele tinha que traduzir o Heidegger. E hoje a tradução está aí.

Foi na casa do Oswald, por exemplo, que eu conheci o Vicente Ferreira da Silva. Oswald me disse que o Vicente estava dando um curso sobre Platão, numa garagem que o irmão tinha na rua Major Sertório. “Vá lá e assista, deve ser bom.” E passei a assistir ao curso, tornando-me amigo do Vicente. Logo que eu cheguei, o Vicente me deu o *Paideia*, do Werner Jaeger, um livro que me chocou enormemente, e foi com

ele que eu, aos dezoito anos, passei a ler um capítulo da *Paideia* e um autor grego. Comecei com Homero e, depois de seis meses, eu estava lendo Platão. Foi assim meu primeiro contato com a filosofia. Naquela época, eu não sabia o que queria fazer, apesar do grande interesse pela literatura. Com esse impacto da literatura grega e de Platão, imediatamente decidi que ia fazer filosofia.

Na época do curso do Vicente, me vi com um problema. Eu havia decidido, aos quinze anos, fazer filosofia. Mas eu não queria deixar o científico — eu precisava de uma formação mais sólida, não ia simplesmente ficar num ambiente literário. Foi quando uma das educadoras da biblioteca infantil me sugeriu que eu fizesse a Faculdade de Filosofia como ouvinte regular. Então passei a cursar o colegial científico à tarde, mas passando todas as manhãs pela faculdade, no prédio da Escola Normal, onde hoje é o colégio Caetano de Campos, na Praça da República, no terceiro andar.

Na faculdade, ainda como ouvinte, tive a mesma impressão: o que havia ali era uma cultura de encaixes. Continuei a estudar latim, sabia a origem algumas expressões, mas não dominava a língua. Ninguém dominava, nem meus colegas seminaristas. Também fui fazer grego, mas era de tal forma insuportável ficar estudando todas as declinações que na terceira aula eu parei. Na faculdade, embora houvesse essa dissociação, tive um curso que me marcou: o do Fidelino Figueiredo sobre Antero de Quental. Fidelino pensava a literatura portuguesa de maneira muito profunda. Fiz dois anos de curso como ouvinte regular, mas parei no terceiro porque precisava me preparar para o vestibular de filosofia, o que escandalizou o Vicente Ferreira da Silva.

Enfim, entrei na Faculdade de Filosofia e passei a ter dois grupos, vivendo uma espécie de vida dupla: o grupo da biblioteca infantil, que era o Nazin, um grande desenhista que foi morto estupidamente na juventude, o Ennes Silveira Mello, que é o arquiteto dessa casa, o [*inaudível*],<sup>2</sup> que foi professor de filosofia, depois foi pra Paris e casou-se com uma americana — foi através dele que eu conheci o Raduan Nassar —, o Norman [*inaudível*], depois professor de inglês e assim por diante. E, na Faculdade de Filosofia, passo a fazer parte de uma outra turma, com doze, treze pessoas. Era um grupo muito interessante. Eu tinha certo preconceito com as mulheres muito fantasiosas — uma vez, ao encontrar a Violanda Lomba, muito amiga até hoje, pergunto: “você é sapo aqui?”, ela ficou bravíssima. Violanda era a única entre nossos colegas que sabia realmente um pouco de grego.

No grupo novo, novamente a mesma impressão de cultura enxertada — não havia departamento, eram dois titulares com assistentes demissíveis a minuto, escolhidos absolutamente pela vontade do professor. Os professores eram Cruz Costa, de Filosofia Geral, e o Livio

[2] No momento de transcrição da entrevista, descobriu-se que alguns trechos do depoimento de Giannotti estavam inaudíveis. Optamos por deixar essa rubrica indicativa em casos semelhantes.

Teixeira, de História da Filosofia. Cruz Costa teve enorme influência sobre mim, mas não em filosofia. O Cruz Costa era positivista, dizia que a questão do ser era equivalente a serviços de entregas rápidas, uma companhia que existia. Mas ele sabia história da filosofia no Brasil, sabia história das ideias no Brasil. Portanto, muito mais ligado à história, não tinha formação filosófica e, mais ainda, tinha uma certa resistência a qualquer reflexão que fosse um pouco mais abstrata. Quando comecei a estudar fenomenologia, e comecei a estudar Husserl, ele tinha os três volumes das *Investigações lógicas* e me deu esses livros de presente, mas toda vez que ele me via chegando na faculdade ele dizia: “Olha o Husserl da Aclimação”. Então, nessas aulas do Cruz Costa, o que a gente tinha era basicamente um comentário de ideias e ele nos fazia ver o Brasil — isto é, aquela São Paulo que eu conhecia, que a gente sempre atravessava, e que para nós era uma espécie de museu de tralhas e de coisas maravilhosas, começou a fazer sentido — essa é a grande contribuição que o Cruz Costa me deu.

Já o outro professor, Lívio Teixeira, sabia história de filosofia de uma maneira extremamente informal, nenhuma reflexão, mas foi com ele que encontramos os professores franceses.

Já no primeiro ano, eu encontro o Gilles-Gaston Granger. E nós, do núcleo da filosofia, nos interessamos profundamente pelas questões da metodologia da lógica, isto é, nós mergulhamos na epistemologia francesa. E ficamos tão entusiasmados que pedimos ao Granger que continuasse nos dando aulas depois do primeiro ano, e ele de fato continuou, até ir embora, dois anos depois.

A vinda do Granger, com outros professores estrangeiros, se deu numa situação da fundação da Faculdade de Filosofia, que se deu de um modo muito peculiar. Os Mesquita, basicamente numa reação antigetulista, quiseram fazer uma universidade. E pensaram uma universidade importando diversos conhecimentos, mas internacional. Então eles lotearam a universidade: a física ficou para um russo que estava na Itália, a química ficou para os alemães; a biologia, mais europeia, o grande professor foi o *[inaudível]*; a história e a antropologia, para a França. E a filosofia, obviamente, para os franceses — o que foi, a meu ver, uma sorte enorme. Isto é, vêm como professores visitantes Braudel, ainda um jovem professor, Lévi-Strauss e Jean Maugüé, uma figura peculiar, que depois largou a filosofia. Eles vieram todos como professores do ensino francês *en mission*. Para eles, era uma vantagem enorme, pois tinham um salário francês e um salário brasileiro, com toda a liberdade, e cada um de um modo diferente. As aulas do Maugüé eram um evento social, e ele foi substituído pelo Granger, que era um baixinho, aluno basicamente do Jean Cavailles e do Canguilhem, ligado ao Gueroult, e com isso nós tivemos um contato muito direto com aquilo que se chamou depois

o estruturalismo na filosofia francesa, a ponto de quase todos esses professores passarem meses no Brasil, fazendo dessa convivência uma novidade ímpar naquele nosso universo.

Quando estava no segundo ano, eu, boquiaberto, assisto a umas aulas do Gueroult sobre a substância em Leibniz e aquilo foi para mim uma revelação. Não era falar sobre Leibniz, era pensar dentro do sistema de Leibniz, era fazer essa hipótese, e eu fiquei absolutamente alucinado. Ao lado disso, nós tínhamos professores doutores, professores nacionais bons e alguns malucos. Lembro-me, por exemplo, do Cunha Andrade, que era extremamente politizado e falava sobre a questão do petróleo, a campanha “O petróleo é nosso”. Até que um aluno mais atrevido, quando foi fazer o exame no curso de filosofia dele, que consistia em fazer uma dissertação a partir de um tema dado, escreveu sobre o petróleo — o que deixou o Cunha Andrade absolutamente fora de si.

Mas havia outro problema no departamento. O curso de filosofia tinha perdido aquilo que o Florestan chamava de “geração *between*”. Os franceses vieram, formaram pessoas como o Cruz Costa, o Lívio, o Fernando de Azevedo e assim por diante. Depois vêm Antonio Candido, Florestan. No curso de filosofia, nós tínhamos o Roque Spencer Maciel de Barros e o Laerte Ramos de Carvalho, que, por questões de profissão, se mudaram para o departamento de pedagogia. Então não há uma geração *between*, o que nos obrigava todos a correr para ocupar aquele espaço.

#### MARIA ANTÔNIA, 1968

[3] Lupe Cotrim Garaude (1933-1970), poeta, tradutora e professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, era casada com José Arthur Giannotti.

Morávamos na rua Itambé, eu, Lupe<sup>3</sup> e as duas crianças — Marco ainda bebezinho. Tínhamos mudado para lá porque, além de eu dar aulas na Maria Antonia, a Lupe estava terminando o curso de filosofia e morar perto facilitava nossa vida. Um dia, Lupe me chama na janela e vimos um monte de gente carregando coisas para o interior do Mackenzie. Logo pensamos: “Isso é munição”.

A situação estava muito tensa, desde a preparação do Congresso de Ibiúna, quando os alunos inventaram de cobrar uma espécie de pedágio dos carros na rua, um pedágio voluntário, mas o pessoal do Mackenzie começou a reclamar, eles estavam dominados por um grupo muito próximo ao CCC, acirrando muita tensão. Já tinha havido as escaramuças, os estudantes das duas escolas se atacando com coquetéis molotov, bombas e tiros, que culminaram com a morte do secundarista José Carlos Guimarães. Era uma situação que já perdurava por algum tempo, a faculdade havia sido ocupada há alguns meses e desde antes desses entreveros ela estava inteiramente isolada.

Eu me lembro de um domingo, quando eu voltava para casa, passei em frente ao prédio da Maria Antonia. Estava tudo vazio. E ouvi que

tocavam “A Internacional” lá dentro. O pessoal já tinha perdido qualquer sentido da política, como se a partir dali eles estivessem fazendo política apenas para eles próprios.

Na Maria Antonia, havia vários grupos que tinham posições diferentes, não era algo unificado. As aulas estavam mais ou menos impedidas, nós fazíamos cursos suplementares, eu mesmo dei muito “Introdução a Marx” para alguns estudantes. O seminário sobre Marx, aliás, que começou por volta de 1958 e foi até 1964, não era, nunca foi, uma espécie de curso de formação de marxistas, em que seriam ordenados marxistas, do qual sairiam com suas batinas. Era um grupo de intelectuais os mais diversos que queriam estudar Marx. É curioso como hoje todos sabem que nós lemos *O capital* inteiro, mas ninguém se lembra que, depois de *O capital*, fomos ler Keynes — o que mostra a diversidade de interesses. O nosso projeto primeiro era modernizar o Brasil, começando pela universidade. Daí, claro, havia as oposições, mas eram todos de centro-esquerda, sem haver nenhuma homogeneidade — alguns militavam, outros não, em vários níveis. Circulávamos discutindo política pelo complexo de prédios que formavam a Maria Antonia. Os estudantes se politizavam, namoravam.

Uma vez, encontrei o diretor da faculdade, Erwin Rosenthal, pálido, em frente ao prédio, dizendo que ele tinha subido até sua sala e em cima da mesa estavam dois estudantes enrolados na bandeira nacional. A primeira onda da reação foi correspondida pelo início de um enorme aumento de drogas. Em 1964, as pessoas se drogaram bastante. Em 1968, estávamos já em uma outra atitude da reação, que era o começo da revolução sexual, e aí houve uma namoração sistemática.

Um dia, quando eu já era chefe de departamento, disse a meus colegas: “Olha, nós precisamos ter cuidado porque daqui a pouco vamos ser acusados não por subversão, mas por imoralidade”. Uma semana depois o Lebrun passa perto de mim e diz: “Giannotti, eu vou dar uma aula sobre Nietzsche”. Era costume, naquele momento, a gente convidar os colegas para assistirem quando a gente preparava uma aula mais caprichada. Todo mundo foi assistir a essa aula do Lebrun, e ele então dissertou sobre a necessidade de “beber a taça do mal até a última gota”. Era uma resposta evidente às minhas reclamações. Bons tempos em que as divergências se dissolviam num diálogo filosófico.

A partir daí, toda a faculdade estava de algum modo subvertida. O modo de funcionamento, com seus departamentos e as pessoas se integrando, respondia evidentemente aos ecos de 1968, e passou a haver um questionamento da maneira tradicional de se dar aula, em que os professores vinham e expunham, os alunos perguntavam, em geral os mais disciplinados, no final da aula. Era como se o saber tivesse sido distribuído para todos, entre alunos e professores. Alguns

professores, como a Danielle Ancier (que depois se tornaria Rancière, quando se casou com o Jacques, logo que ele veio), já davam simplesmente seminários, não davam mais aula. Isso foi algo que continuou por muito tempo na Faculdade de Filosofia — e desandou. Foi nessa época que houve a discussão da paritária. Isto é, pela primeira vez, alunos e professores (não se falava em funcionários) achavam que a governança da faculdade devia ser “democrática”, como se as responsabilidades fossem iguais, como se os alunos de primeiro ano tivessem a mesma experiência da universidade que um velho professor, e assim por diante. A universidade não é simplesmente um lugar de exprimir um voto, mas um lugar de construir saber. Mas o nosso departamento, que foi construído muito dificilmente, estava todo ele alvoroçado com a ideia de um departamento paritário. E fizeram uma eleição para decidir a paridade do departamento, como se fôssemos uma unidade autônoma, sem ter nada a ver com a universidade, isto é, perdendo justamente aquilo que era básico, que era a estrutura da universidade.

Eu me lembro que, pouco antes da reunião, eu e o [Oswaldo] Porchat estávamos sentados no bar, conversando, fazendo nossos cálculos. E o Porchat me diz: “Nós vamos ganhar por um voto”. Refleti e disse a ele que não valia a pena — porque sabia que seríamos sempre questionados como maioria mínima. Se o departamento queria uma experiência paritária, que fizesse. Foi muito engraçado porque começou a reunião, entraram os alunos e os professores mais entusiastas da paridade, sabendo que iam perder, porque também tinham feito os mesmos cálculos que a gente, quando começa o final da votação. Perguntaram o voto do Porchat e o meu, e nós nos abstivemos, eles caíram duros e venceram a votação.

O resultado foi que nosso departamento foi o primeiro a se constituir como departamento paritário. Logo depois de ter sido derrotado, eu disse que naquelas condições eu não podia ser chefe de departamento, porque eu não estava de acordo com essa experiência, achava falsa a ideia de que do ponto de vista do saber filosófico todos nós participamos do mesmo caldo. Foi então que o Bento Prado, que era muito a favor da paridade, foi eleito. O Bento sempre foi muito discreto. Quer dizer, todos nós fazíamos, naquela época, resistência à ditadura, mas cada um fazia a sua maneira, e a gente não sabia como o outro fazia a sua resistência. O Bento estava mais ligado à turma da [inaudível], e eu estava mais ligado às fimbrias do partido trotskista, ou comunista. De todo modo, muitas vezes a gente se encontrava num bar, o Riviera, em frente ao [cinema] Belas Artes. Lá, nós distribuíamos então, na época da repressão, os lugares em que podíamos esconder nossos amigos. Apesar de não haver movimentos definidos, éramos todos de esquerda, e, na hora de proteger os amigos não perguntávamos se o sujeito tinha

carteirinha do partido tal ou não. Na época, como não havia motel, era muito comum entre nós ter *garçonnière*, e então nossas *garçonnières* funcionaram, durante uns bons anos depois de 1964, como esconderijo de políticos perseguidos. Alguns nomes eu ainda sei, mas eles nunca souberam quem eram os proprietários.

A repressão já estava nas nossas mentes. E o AI-5 foi um golpe. Eu estava na Bahia, com a Lupe, dando um curso, quando pela televisão a gente assiste ao enunciado do AI-5. Olhamos um pro outro e dissemos: “Agora o pau vai comer”. Dois meses depois, eu estava com o Paulo Singer, na casa da Melanie Farkas no Guarujá, e o Paulo foi o primeiro que disse: “Giannotti, nós vamos ser expulsos da universidade”. A ideia de que nós teríamos que sair da universidade estava mais ou menos clara — ainda que não participássemos de grupos organizados, e que nossas leituras de Marx fossem absolutamente inofensivas. Depois de 1964, obviamente, o seminário já não tinha mais condições de acontecer: o Fernando Henrique, o Weffort e outros se exilam no Chile, outras pessoas praticamente desaparecem.

Mas eu tinha informações privilegiadas, porque nessa época a Lupe já estava trabalhando na ECA [*Escola de Comunicações e Artes da USP*] — ela tinha aceitado, com muita relutância, um convite do Julio Garcia Morejón para que ela viesse a ser professora de Estética. Logo depois, o Morejón saiu e veio o Mário Guimarães Ferri, que era ligado a toda a direita da universidade. Foi assim que ficamos sabendo que estava funcionando uma comissão de três professores que faziam uma lista das pessoas que seriam demitidas, seus colegas. A universidade não foi, portanto, simplesmente invadida pela repressão: uma parte dela participou da repressão. Já me disseram, inclusive — eu nunca fui ver — que na minha ficha há delações de colegas meus. A universidade estava rachada. Mesmo na FFLCH [*Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*], um nicho tradicional de centro-esquerda, é preciso matizar. A diversidade ideológica era muito grande. Havia uma tradição, por exemplo, desde Maugüé, de ensinar Marx na universidade, não havia uma espécie de ensino liberal na universidade, os autores eram examinados segundo suas importâncias e segundo as modas.

Mas é importante acentuar dois aspectos: de um lado a universidade foi se fragmentando, em particular nas ciências humanas, e de outro, os estudantes começaram também a se agrupar de modos diferentes, às vezes com maior agressividade entre eles. E Ferri tinha dito à Lupe que era para eu me preocupar, porque eu estaria na lista. Então eu sabia que haveria uma lista e que estaria nela. Mas, antes de minha saída, eu pude assistir ao fim da Maria Antonia.

No dia do tiroteio, quando vimos os funcionários levando munição para o Mackenzie, e já houvera de manhã alguns tiros, eu achava

que nessas condições a minha obrigação era ficar na minha sala na universidade. Quando eu chego no auditório, vi um monte de balas pelo chão. Havia uma reunião da congregação já no campus, eu fui até lá e, num ato demagógico, joguei as balas em cima da mesa do diretor da Maria Antonia, que era o Eurípedes Simões de Paula: “Olha as balas que estão atirando nos nossos alunos”. O Eurípedes, que tinha sido capitão na guerra, era muito valente, e de imediato nós encerramos a reunião de congregação, e um grupo de professores foi diretamente para a Maria Antonia. Entramos pela rua doutor Vila Nova, pelo prédio da economia, subimos, e todo mundo estava muito assustado com a situação. Fomos direto falar com o secretário de segurança (jurista famoso, não lembro). Chegamos, uns dez professores, para falar com ele. Esperamos um tempo até que ele disse que receberia só o Eurípedes. Eurípedes me puxou pelo braço e disse que eu ia junto, que ele não ia sozinho. Ele não era tonto, queria testemunha. Na hora que eu entrei, o secretário veio com muita violência, dizendo que nossos alunos estavam não só fazendo baderna, mas que havia um grupo pela [rua da] Consolação destruindo carros, e que ele estava mandando invadir a Maria Antônia imediatamente. Virei-lhe as costas, desci correndo, tomei um táxi, fui direto para a Maria Antônia. Entrei pelo salão dos alunos, onde é hoje o teatro, e os alunos estavam se preparando para enfrentar a polícia, com máscaras. Foi uma longa discussão, em que eu dizia que haveria mortes, que íamos criar uma situação impossível, e que tínhamos que abandonar o prédio. Depois de alguma resistência todos nós saímos pela [rua doutor] Vila Nova e marcamos um encontro no outro campus, nos barracões onde seria a Faculdade de Filosofia. Fiz um pequeno discurso que foi entendido ambigualmente pelos estudantes, porque eu dizia que a luta, da forma que ela foi feita até aquele momento, tinha acabado. Que nós tínhamos que tentar outras formas de luta. Eu estava pensando numa luta muito mais efetiva, de inserção, e não estava de jeito nenhum defendendo a luta armada. Não porque faltasse coragem — nossos alunos particularmente tinham muita coragem —, mas porque eu achava simplesmente que a luta armada não era instrumento para derrotar os militares e que eles eram muito mais fortes que a gente, eles tinham o poderio das armas e nós não tínhamos a situação revolucionária à cubana. Eu achava inclusive que as palavras de Fidel — “Vamos multiplicar os Vietnãs” — e que a ideia que defendia o foquismo eram inteiramente erradas. Nós tínhamos a consciência de que não tínhamos de jeito nenhum um núcleo no campo, nem mesmo na cidade, em condições de fazer o foco.

Uma vez, conversando com o Florestan Fernandes, na Praça da República, ele dizia “é a sociedade que tem que vomitar a indigestão, não é uma coisa que nós possamos fazer através de um enorme confronto”.

É preciso alguém reescrever a história do Florestan, porque ele acabou sendo apropriado como um grande marxista, coisa que ele nunca foi. O curso a que eu assisti do Florestan era sobre indução, e a matéria eram os três porquinhos, como nós chamávamos: Durkheim, para analisar os sistemas, Weber, para as relações interpessoais, e Marx, para a história. Não havia de forma nenhuma um Florestan [*inaudível*] do marxismo. Ele tinha traduzido a crítica da teoria política, mas não tinha abandonado a formação funcionalista.

Quando saímos da Maria Antonia, acabou a Faculdade de Filosofia. Virou a Fefelixo. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,<sup>4</sup> algo muito especial, foi uma invenção para resolver uma situação brasileira que, já tendo institutos universitários de longa tradição como a Faculdade de Direito, de Medicina, a Poli, ainda não tinha uma universidade. Era preciso um espelho para saber todas as formas que podiam ser utilizadas.

Enfim, todo esse ambiente onde o mais importante era a estrutura de vasos comunicantes, imagem de uma cultura em que as pessoas falavam umas com as outras, independentemente de ser filósofos, ou sociólogos ou matemáticos. Isso é uma coisa que a mudança para o campus separa totalmente. Dois meses depois, quando eu começo a dar aulas no campus, vem a lista esperada.

A notícia veio pelo Rádio, pela *Hora Nacional*. Eu estava na primeira lista — parece que havia várias, que incluíam uns setenta professores, mas, com a divulgação da segunda, no dia seguinte, a reação começou a ser muito forte e eles pararam. Foram vinte e poucos. A força de tudo isso era brutal, mas não tinha o apoio de todos. A universidade estava dividida. Fomos aposentados compulsoriamente: na filosofia, o Bento Prado e eu. O Bento muito mais pela exposição que teve a partir do momento que virou chefe de departamento. O Florestan também foi. O Antonio Candido não foi. A comissão que decidiu nosso afastamento era composta pelo Teodureto Souto, o Gama e Silva e “um professor de mijo”, um urologista da Medicina.

Mais tarde, no início de 1970, quando o Cebrap foi fundado, eu e o Fernando Henrique fomos falar com uma pessoa no Segundo Exército, e o sujeito nos disse que ia nos apresentar como “professores aposentados pelas estripulias do Gama e Silva”.

O nosso projeto primeiro era a modernização do Brasil, que começava com a modernização da Universidade. A minha geração, que era uma boa geração, perdeu. Nós fomos vencidos. Foi vencida com a democratização, que já começa mal, com a morte do Tancredo — deixando uma mistura de Sarney e essas coisas. E também com, a meu ver, a infecção do PT. O PT nasce de um movimento muito interessante e a primeira coisa que acontece é que os sindicatos tomam lugar, desde antes da eleição do Lula, aparelharam o BNDES. Todo

[4] A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), depois de ser transferida da rua Maria Antonia para a cidade universitária, passou a se chamar Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

mundo lá reza pela cartilha da Unicamp. Uma das primeiras reivindicações era acabar com o imposto sindical, coisa que nunca se mexeu. E jogou o PT na linha. Como a América Latina é uma, quando vem a repressão, vem nela inteira, quando vem o populismo, vem todo mundo junto. Na Venezuela eles tem os bolivarianos e aqui nós temos o Macunaíma.

---

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI (1930-2021) foi professor titular emérito do departamento de filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Um dos fundadores do Cebrap, instituição de que foi presidente (1984-90 e 1995-2001) e onde coordenou o Programa de Formação de Quadros Profissionais (1986-2007), Giannotti publicou inúmeros livros, entre os quais *Apresentação do mundo* (1995), *O jogo do belo e do feio* (2005) e *Heidegger/Wittgenstein: confrontos* (2020).